

RESOLUÇÃO Nº 06/2000 - (REVOGADA)

(Publicado no Diário Oficial de 21/11/2000)

Alterada pela Resolução nº 01/05.

Revogada pela Resolução nº 05/06.

**Habilita a IBR INDÚSTRIA BRASILEIRA DE RESINAS LTDA.
aos benefícios do BAHIAPLAST.**

O CONSELHO DELIBERATIVO DO BAHIAPLAST, no uso de suas atribuições e nos termos do Decreto nº 7.439/98, alterado pelo Decreto nº 7.732, de 29.12.99,

R E S O L V E:

Art. 1º Considerar a IBR INDÚSTRIA BRASILEIRA DE RESINAS LTDA., indústria de transformação plástica, exercendo atividade enquadrada na CNAE-FISCAL sob os códigos de atividade econômica 2431-7/00 e 2429-5/00, habilitada aos benefícios do BAHIAPLAST, nos termos do art. 5, do Decreto nº 7.439/98, alterado pelo Decreto nº 7.732/99, relativos à:

I - crédito presumido - fixa em 41,1765%, do imposto destacado, o percentual a ser utilizado pela IBR INDÚSTRIA BRASILEIRA DE RESINAS LTDA, CNPJ nº 02.392.616/0001-80, nas saídas para o mercado estadual e em 70% nas operações de saídas interestaduais de óleos plastificantes;

Nota: A redação atual do inciso I do art. 1º foi dada pela Resolução nº 01, de 08/03/05, DOE de 09/03/05.

Redação original, efeitos até 08/03/05:

"I - crédito presumido - fixa em 41,1765% do imposto destacado o percentual a ser utilizado pela IBR INDÚSTRIA BRASILEIRA DE RESINAS LTDA., nas saídas para o mercado estadual e em 70% nas operações de saídas interestaduais de resina de poliéster e óleos plastificantes;"

II - diferimento - nas aquisições de óleo básico e aditivos de estabelecimentos industriais enquadrados na CNAE-FISCAL sob o código de atividade econômica nº 2429-5/00.

Nota: A redação atual do inciso I do art. 1º foi dada pela Resolução nº 01, de 08/03/05, DOE de 09/03/05.

Redação original, efeitos até 08/03/05:

"II - diferimento - nas aquisições de estireno, anidrido maléico, anidrido ftálico, glicóis, ácido fumárico, solvente orgânico, óleo básico e aditivos de estabelecimentos industriais enquadrados na CNAE-FISCAL, sob os códigos de atividade econômica nº 2422-8/00 e 2429-5/00."

Art. 2º O prazo dos presentes benefícios contar-se-á da data da publicação desta Resolução no DOE e vigorará até 31 de dezembro de 2007, prazo final para concessão do incentivo.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 23 de outubro de 2000.

BENITO GAMA
Presidente